

**Plano de Trabalho da  
Subcomissão Especial destinada a tratar da Reestruturação da  
Organização, Funcionamento e Financiamento do  
Sistema Único de Saúde – SUS**

**Brasília, 05 de agosto de 2015**

Presidente: Osmar Terra.

Relator: Paulo Foletto.

### **I. Introdução**

Essa proposta busca avançar a partir das experiências de colegiados temporários criados na Câmara dos Deputados para tratar do Sistema Único de Saúde (SUS) e, particularmente, da questão do financiamento. Além da proposta sobre conteúdos específicos, também são apresentadas sugestões sobre aspectos logísticos, para auxiliar no desenvolvimento dos trabalhos da Subcomissão.

Essa proposta valoriza o aproveitamento de diagnósticos já realizados nesta Casa, atualizando-os, complementando-os e avançando no debate para além de fontes e quantitativos de recursos, para identificar as reais necessidades do sistema, segundo objetivos de saúde pactuados, passíveis de monitoramento, para fortalecer um modelo definido de atenção à saúde.

A proposta busca compatibilizar seu conteúdo com o de outros colegiados em atividade na Câmara, como a Subcomissão Permanente da Saúde (SUBSAÚDE), a Comissão Especial sobre gastos com pessoal da saúde, e, até pelo Simpósio Nacional de Saúde, promovido pela Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF (2015).

Os trabalhos foram planejados de modo a oferecer subsídios para o Congresso Nacional (particularmente neste ano em que tramita nova PEC sobre critério de financiamento da saúde pela União e que será elaborado o Plano Plurianual – PPA – para o período de 2016 a 2019), para o Executivo e para a sociedade (destacando que a Conferência Nacional de

Saúde ocorrerá em dezembro de 2015), visando ao desenvolvimento do sistema de saúde, para melhor atender às necessidades de saúde do cidadão.

## II. Colegiados que trataram de temas da Subcomissão

Destacam-se as experiências recentes de três colegiados:

a) a Subcomissão especial da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) destinada a tratar do financiamento, reestruturação da organização e funcionamento do SUS, que apresentou seu relatório em outubro de 2011, tendo sido presidida pelo ex-Deputado João Ananias e relatada pelo ex-Deputado Rogério Carvalho.<sup>1</sup> A Subcomissão SUS (2011) produziu um relatório extenso (386 páginas e dezenas de recomendações para o sistema de saúde, as quais não foram acompanhadas posteriormente (muitas proposições legislativas sequer foram apresentadas) e na área do financiamento produziu pouco impacto. O relatório focou a integralidade do SUS e difundiu o diagnóstico do subfinanciamento do sistema.

b) a Comissão Especial sobre Financiamento da Saúde Pública (CESAÚDE), criada pela Presidência da Casa em 2013, presidida pelo Deputado Darcísio Perondi e relatada pelo ex-Deputado Rogério Carvalho, contudo o relatório vencedor foi o elaborado pelo Deputado Geraldo Resende.<sup>2</sup> Na CESAÚDE (2013) foi apresentado outro extenso relatório (560 páginas), com várias propostas polêmicas quanto às fontes de financiamento, o qual foi vencido por um mais conciso (41 páginas), abordando o tema prioritário, o critério de financiamento do SUS pela União; o qual, se não foi o adotado posteriormente pelo Congresso, ao menos foi debatido como alternativa que mais se aproximava da demanda da sociedade civil.

c) o Grupo de trabalho da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), objetivando o levantamento da situação dos hospitais de urgências médicas do SUS, coordenado pelo Deputado Arnaldo Jordy, apresentou seu relatório em 2014.<sup>3</sup> O Grupo de Trabalho da CDH (2014)

---

<sup>1</sup> O relatório da Subcomissão do SUS (2011) está disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/conheca-a-comissao/subcomissoes/relatorio-final-do-subsus-segunda-versao>.

Documentos e vídeos das atividades dessa Subcomissão estão registrados em comunidade virtual do E-Democracia, disponível em: <http://edemocracia.camara.gov.br/web/sus/inicio>.

<sup>2</sup> A página da Comissão Especial no sítio da Internet da Câmara dos Deputados disponibiliza documentos e atividades da CESAÚDE (2013) está disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/financiamento-da-saude-publica>.

<sup>3</sup> O relatório do Grupo de Trabalho da CDH (2014) está disponível em:

constatou problemas em vários serviços públicos de urgência do País e debateu causas, com destaque para o subfinanciamento do SUS e a execução incompleta do orçamento do Ministério da Saúde em ações de investimento na rede do SUS.

Salienta-se que a experiência desses colegiados com o projeto E-Democracia da Câmara dos Deputados e com elaboração de página do colegiado no sítio da Internet desta Casa indica que esses meios facilitaram a divulgação, o debate e o registro das atividades.

### **III. Proposta de Plano de Trabalho**

Foram identificadas quatro grandes áreas temáticas, relacionadas às funções dos sistemas de saúde, segundo tipologia da Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS<sup>4</sup>: a) Garantia de acesso / “asseguramento”, b) Gestão, c) Financiamento e d) Prestação de serviços. Essas áreas foram usadas para agrupar os temas das **08 audiências** apresentadas no quadro de cronograma a seguir. Os temas das audiências são detalhados, logo em seguida, com menção às instituições colaboradoras.

Para promover o debate com os Deputados, as audiências serão limitadas a quatro palestrantes em cada uma (ainda que mais instituições sejam convidadas a enviarem contribuições por escrito), selecionados pelo Presidente da Subcomissão entre as instituições colaboradoras para o tema da audiência, citadas no quadro de cronograma. As instituições convidadas receberão um termo de referência, enviado previamente à audiência, para que os temas de interesse da Subcomissão sejam esclarecidos.

Para enriquecer a fase de debates das audiências, serão convidados Deputados, Frentes Parlamentares e Comissões da Casa com contribuições reconhecidas nas áreas em discussão (ex.: CDH, CFFC, CMO, CE, CTASP, Frente Parlamentar da Saúde, Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas e Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção).

---

<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A1497CED940149A5BA1A44432D>.

<sup>4</sup> Rivas-Loría, Priscilla, Orientações metodológicas, perfis dos sistemas de saúde, monitoramento e análise dos processos de mudança dos sistemas de saúde. Edição Especial n. 18 Washington DC: OPAS, 2006. Disponível em: [http://www.paho.org/hq/index.php?gid=10246&option=com\\_docman&task=doc\\_view](http://www.paho.org/hq/index.php?gid=10246&option=com_docman&task=doc_view).

### Quadro de cronograma e temas de reuniões e audiências

<b>Período</b>	<b>Atividade</b>	<b>Observação / Tema(*)</b>
13/05/15	Reunião Subcom.	Escolha de relator / debate sobre o plano de trabalho
18/06/15	Reunião Subcom.	Apresentação do plano de trabalho
05/08/15	Reunião Subcom.	Aprovação do plano de trabalho
12/08/15	Audiência	G1.a,G1.b; G1.c; G1.d
19/08/15	Audiência	G2.a; G2.b
26/08/15	Audiência	G2.c; G2.d
02/09/15	Audiência	G3.a
09/09/15	Audiência	G3.b
16/09/15	Audiência	G3.c
23/09/15	Audiência	G4.a; G4.b
30/09/15	Audiência	G4.c
07/10/15	Reunião Subcom.	Debate sobre propostas do relatório
14/10/15	Reunião Subcom.	Apresentação do relatório final

Legenda: G1= Garantia de acesso / asseguramento; G2= gestão;  
G3= Prestação de serviços; G4= Financiamento.

(\*) Os detalhamentos dos temas são apresentados a seguir.

Temas e instituições a serem convidadas a participar de audiências ou a encaminhar informações

**G1- Garantia de acesso / asseguração** (modelo de sistema, com foco nos impactos para o usuário)

**a) O que tem funcionado no modelo do SUS?** (ações existentes, indicadores de produção e de situação de saúde, participação social) / *Ministério da Saúde - MS (Gestão participativa), Conselho Nacional de Saúde - CNS, Conselho Nacional dos Secretários de Saúde – CONASS, Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde – CONASEMS.*

**b) Que gargalos o modelo atual não tem superado?** (deficiente atenção básica, urgência e emergência, acesso à média e alta complexidade, referências entre os níveis de atenção) / *MS (Atenção à saúde), Centro Brasileiro de Estudos da Saúde – Cebes, Confederação Nacional dos Municípios – CNM, Conselho Federal de Medicina – CFM, Universidade Federal de Mato Grosso.*

**c) Quais os desafios ao modelo atual colocados pelas transições epidemiológica, demográfica e tecnológica?** (envelhecimento da população, urbanização, doenças crônicas-degenerativas, acidentes e violências, incorporação tecnológica, pesquisa e informação em saúde, experiência internacional) / *MS (Vigilância e informação em saúde), MS (pesquisa e incorporação tecnológica), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS.*

**d) Propostas para aperfeiçoar o modelo do SUS** (subsídios para o Plano Plurianual – PPA - e Conferência Nacional de Saúde, necessidades legislativas) / *CNS, MS (Secretaria executiva), Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO, Tribunal de Contas da União – TCU.*

## **G2- Gestão**

**a) Desafios para a gestão administrativa do SUS nos três níveis da federação** (capacidade administrativa, normatizações, judicialização, responsabilidade sanitária, aquisição de insumos, relação com o setor privado) / *MS, CONASS, CONASEMS, Ministério Público Federal – MPF.*

**b) Experiências com contratos e pactuações entre entes federados** (nível nacional, estadual, regional, omissões na legislação) / *MS, CONASS, CONASEMS, Instituto de Direito Sanitário Aplicado – IDISA.*

**c) Controle dos recursos do SUS** (sistemas de controle do SUS – internos e externos -, efeitos da corrupção no setor) / *Sistema Nacional de Auditoria do SUS, Controladoria Geral da União – CGU, TCU, Contas Abertas / Transparência Brasil.*

**d) Planejamento e avaliação no SUS** (plano e relatório de gestão, audiências nas Casas Legislativas, PPA, participação social, monitoramento da situação de saúde) / *MS (gestão participativa), CNS, Ministério do Planejamento, OPAS.*

## **G3) Prestação de serviços**

**a) Acesso e qualidade dos serviços do SUS** (indicadores de: acesso, qualidade, oportunidade, eficiência, efetividade e equidade dos serviços) / *MS, TCU, ABRASCO, IPEA.*

**b) Recursos humanos para o SUS** (para além dos médicos – formação e capacitação, custos, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, competição do setor privado. vazios assistenciais) / *MS, CONASS, CNS, Cons. Federal de Enfermagem – COFEN.*

**c) Prestação de serviços na rede própria do SUS e na contratada** (infraestrutura – prédios, equipamentos e informatização, manutenção da rede própria do SUS e da contratada) / *MS, CONASEMS, Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas – CMB, Federação Nacional de Saúde Suplementar – FenaSaúde.*

#### **G4) Financiamento**

**a) Como o SUS tem usado os recursos disponíveis e em que setores são mais escassos?** (financiamento e execução orçamentária nos três níveis da federação, equidade e eficiência, gastos públicos e privados, consequências do subfinanciamento, comparação com a experiência de sistemas universais de saúde, efeitos da Emenda Constitucional 86/15 e da DRU) / MS, CONASS, Comissão de Orçamento e Financiamento (COFIN) do CNS, Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.

**b) Mais recursos para quê? O que se pode alcançar com maior financiamento em diferentes modelos de saúde?** (necessidades de gastos para implementar o SUS constitucional) / MS, CONASEMS, IPEA, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (estudo sobre custos do SUS).

**c) Fontes de financiamento do SUS** (fontes atuais, histórico da CPMF, novas propostas e seus impactos orçamentários) / Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, MS (economia da saúde), Associação Brasileira de Economia da Saúde – ABrES.

#### **IV. Aspectos logísticos da Subcomissão**

Serão adotadas as seguintes providências:

a) instituir meios para agilizar a divulgação de informações e atividades da Subcomissão (criação de página da Subcomissão e promoção de audiências interativas, por meio do e-Democracia);

a) solicitar dados a instituições participantes de audiências desde a fase inicial dos trabalhos (alguns como requerimento de informações);

b) solicitar documentos arquivados pela CESAÚDE (2013);

c) reservar dias da semana para atividades que venham a se repetir (quando necessárias): audiências (quartas-feiras), reuniões das assessorias (segundas);

d) mobilizar as assessorias disponíveis na Casa: dos gabinetes dos membros da Subcomissão, da CSSF, da CONLE e da CONOF (que habitualmente apresenta nota técnica sobre o financiamento da saúde).